



Acta da Reunião Plenária do CLAS de Viana do Castelo

Ao sétimo dia do mês de Abril do ano de dois mil e onze, pelas catorze horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Viana do Castelo, reuniram-se em sessão plenária os parceiros do Conselho Local de Acção Social de Viana do Castelo (CLAS), com vista à apreciação e discussão da seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Ponto 1: Aprovação da acta da reunião anterior; -----

Ponto 2: Ponto de situação dos grupos de trabalho do CLAS; -----

Ponto 3: Apresentação do resultado do grupo de trabalho constituído no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo; -----

Ponto 4: Breve apresentação dos Planos de Acção das CSF/CSIF para 2011; -----

Ponto 5: Outros Assuntos; -----

Estiveram presentes as seguintes entidades: -----

Ana Margarida Ferreira da Silva – Presidente do CLAS; -----

Rita Rocha – Técnica do Núcleo Executivo da Rede Social pela AEVC; -----

Sílvia Magalhães - Técnica do Núcleo Executivo da Rede Social pelo CDSS V. Castelo;

Fernanda Albuquerque - Técnica do Núcleo Executivo da Rede Social pelas entidades sem fins lucrativos; -----

Isabel Fonseca - Técnica do Núcleo Executivo da Rede Social pela DREN - EAE; -----

Carina Parente – Técnica do Núcleo Executivo da Rede Social pelas entidades sem fins lucrativos; -----

Patrícia Lima – Técnica do Núcleo Executivo da Rede Social pela Câmara Municipal de Viana do Castelo; -----

Cláudia Magalhães – Câmara Municipal de Viana do Castelo; -----

Lígia Sanches – CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; -----

Eugénia Gonçalves – DREN - Equipa de Apoio às Escolas de Viana do Castelo; -----

Vera Dias – Cruz Vermelha Portuguesa - Núcleo de Viana do Castelo; -----

Sónia Rodrigues – Casa dos Rapazes e Oficinas de S. José; -----
Diana Pereira – Congregação Nossa Senhora da Caridade; -----
Goreti Fernandes – Lar de Santa Teresa; -----
João Valença – AEVC - Associação Empresarial de Viana do Castelo; -----
Carla Martins – IEFP - Centro de Emprego de Viana do Castelo; -----
Augusto Martins – IDT - CRI de Viana do Castelo; -----
Olga Azevedo – IDT - CRI de Viana do Castelo; -----
Anabela Monsanto – APCVC - Associação de Paralisia Cerebral de Viana do Castelo; -
Ana Cristina Freire – Santa Casa da Misericórdia de Viana do Castelo; -----
Artur Coutinho – Centro Social e Paroquial de N.ª Sr.ª de Fátima; -----
Emília Martins – IPJ - Instituto Português da Juventude; -----
Manuel Carvalho – Cáritas Diocesana; -----
Isabel Fernandes – GAF – Gabinete de Atendimento à Família; -----
Filipa Grave – ACAPO – Associação dos Cegos e Amblíopes de Portugal; -----
Hélder Pena – REAPN – Rede Europeia Anti-Pobreza de Viana do Castelo; -----
Gisela Brás – AMA – Associação de Amigos do Autismo; -----
Maria Fátima Ferreira – Banco Alimentar Contra a Fome; -----
Augusto Bandeira – Junta de Freguesia de Castelo do Neiva; -----
Joaquim Perre – Junta de Freguesia de Darque; -----
Joaquim Viana da Rocha – Junta de Freguesia de Carreço; -----
Arlindo Ribeiro – Junta de Freguesia de Afife; -----
Fernando Barros – Junta de Freguesia de Santa Leocádia de Geraz do Lima; -----
Arnaldo Ribeiro – Junta de Freguesia de Vila Franca; -----
que assinaram a respectiva folha de presenças, a qual se considera parte integrante da
presente Acta e, por isso, a esta se anexa. -----

Não compareceram à sessão, não obstante terem sido convocadas, as seguintes entidades: Centro Distrital de Segurança Social, Unidade Local de Saúde do Alto Minho, Direcção-Geral de Reinserção Social, Associação de Reformados e Pensionistas do Distrito de Viana do Castelo, COOPETAPE – Cooperativa de Ensino, Junta de Freguesia de Areosa, Junta de Freguesia de Freixieiro de Soutelo, Junta de Freguesia de Amonde, Junta de Freguesia de Montaria, Junta de Freguesia de Meixedo, Junta de

Freguesia de Vilar de Murteda, Junta de Freguesia de Nogueira, Junta de Freguesia de Lanheses, Junta de Freguesia de Vila Mou, Junta de Freguesia de Torre, Junta de Freguesia de Cardielos, Junta de Freguesia de Serreleis, Junta de Freguesia de St.^a Marta de Portuzelo, Junta de Freguesia de Meadela, Junta de Freguesia de Perre, Junta de Freguesia de Outeiro, Junta de Freguesia de Monserrate, Junta de Freguesia de Mazarefes, Junta de Freguesia de Vila Fria, Junta de Freguesia de Deão, Junta de Freguesia de Deocriste, Junta de Freguesia de Santa Maria de Geraz do Lima, Junta de Freguesia de Subportela, Junta de Freguesia de Alvarães, Junta de Freguesia de Barroelas, Junta de Freguesia de Mujães, Junta de Freguesia de Vila de Punhe, Junta de Freguesia de Portela Susã, Junta de Freguesia de Carvoeiro, Junta de Freguesia de Chafé, Junta de Freguesia de Vila Nova de Anha e Junta de Freguesia de S. Romão do Neiva. -----

Não compareceram à sessão mas justificaram a sua ausência: a Junta de Freguesia de St.^a M.^a Maior, a Junta de Freguesia de Moreira de Geraz do Lima, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, a Íris Inclusiva – Associação de Cegos e Amblíopes e a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental. -----

Dada a inexistência de quórum, a sessão teve início apenas às 14 horas e 30 minutos. ---

Ponto um: -----

Colocada à consideração dos parceiros presentes, pela Presidente do CLAS, a aprovação da acta da reunião anterior, e não tendo sido objecto de alterações, esta foi aprovada com seis abstenções. -----

Ponto dois: -----

Para dar início ao ponto dois da ordem de trabalhos, Ana Margarida Ferreira da Silva, explicou que iriam ser apresentados os trabalhos de dois grupos do CLAS, lembrando que a apresentação dos restantes grupos já foi, anteriormente, feita pelos seus líderes. Recordou, também, que na última sessão foi proposto a cada grupo que fizesse uma análise a fim de verificar a pertinência ou não da sua continuidade em 2011. -----

Nícia Rodrigues, líder do grupo da “Educação, Formação e Empregabilidade”, iniciou informando terem decidido propor a continuidade do trabalho até então desenvolvido, mas este ano com a integração da ETAP – Escola Tecnológica, Artística e Profissional, e esclareceu que não é pretensão criar novos projectos, mas sim consolidar os já iniciados no ano transacto. Com recurso a suporte informático, indicou que o Projecto I “Rumo à Qualificação” visa a realização de 2 palestras, uma para alunos do ensino básico, referente à oferta formativa e educativa do ensino regular e profissional, e outra para alunos do secundário, sobre a oferta educativa no ensino superior; o Projecto II “Perspectivar o Futuro” consiste na actualização da informação relativa à oferta formativa de todas as instituições públicas e privadas de educação e formação do concelho de Viana do Castelo a disponibilizar no site da Câmara Municipal. -----

De seguida, Hélder Pena, esclareceu que, embora já não seja o líder do grupo de “Promoção da Cidadania: Habitação, Saúde, Transportes e Direitos Cívicos”, faria a apresentação do trabalho desenvolvido. Iniciou comunicando que, perante a diversidade dos temas propostos pelo CLAS, os membros deste grupo optaram por abordar apenas a área da saúde e a da habitação. Na área da saúde, indicou que foram promovidos os seguintes projectos: “Cantinho dos Aromas”, desenvolvido com o objectivo de reduzir o consumo de sal e privilegiar a utilização de plantas aromáticas na alimentação, tendo sido criada uma horta de plantas aromáticas, com o apoio da Divisão de Recursos Naturais da autarquia, em duas escolas do concelho, mais concretamente na EB1 de Perre e na EB1 de Monserrate; no entanto, apesar do sucesso deste projecto consideraram que a sua disseminação não é uma prioridade, uma vez que o Centro de Monitorização e Interpretação Ambiental (CMIA) desenvolve actualmente projectos similares, destinados à população escolar; e “Fruta é Vida”, desenvolvido com os alunos dos jardins-de-infância de Monserrate e Nogueira, com o objectivo de aumentar o consumo de fruta a meio da manhã. Embora, igualmente, este tenha sido um êxito, também não se justifica a sua continuidade uma vez que este já foi implementado em todas as escolas no presente ano lectivo. No que diz respeito à área da habitação informou que foi promovido o projecto “Viver com Qualidade” que consistiu na criação de um folheto informativo, destinado ao público em geral, com o objectivo de dar a conhecer à população os incentivos/apoios ao arrendamento e a recuperação de habitações, através da divulgação de informação actualizada. O folheto informativo não

foi impresso, mas será disponibilizado em formato digital no sítio da Câmara Municipal. Neste contexto, e para finalizar, deu a conhecer que decidiram não propor a continuidade deste grupo de trabalho. -----

Para concluir este ponto, a Presidente do CLAS clarificou que em 2010 funcionaram quatro grupos de trabalho, mas que apenas um prosseguirá em 2011. Afirmou, também, que se aguarda o Plano de Desenvolvimento Social (PDS), instrumento que tem como principal objectivo guiar e estruturar a estratégia de intervenção social para o Município, e que provavelmente poderá propor o desenvolvimento de novos projectos que levarão à necessidade de criação de novos grupos. -----

Ponto três: -----

No que ao ponto três se refere, e na sequência da apresentação da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas Sem-Abrigo 2009-2015 feita na sessão anterior por Alice Antunes, interlocutora distrital da Segurança Social para os sem-abrigo, Ana Margarida Ferreira da Silva recordou que ficou acordado a elaboração de um diagnóstico pelo grupo de trabalho, constituído pela Câmara Municipal, Direcção-Geral de Reinserção Social, Segurança Social, Instituto da Droga e da Toxicodependência, Gabinete de Atendimento à Família e Rede Europeia Anti-Pobreza. Assim, Augusto Martins, director do CRI – IDT, que ficou responsável pela exposição do trabalho desenvolvido, iniciou clarificando o conceito de “sem-abrigo”, explicando que este foi alterado relativamente ao que tínhamos à data da aprovação da estratégia, prosseguindo com os eixos, os objectivos da estratégia, as instituições envolvidas no diagnóstico e a distribuição de indivíduos por categoria conceptual (sem tecto, sem casa, habitação insegura, habitação inadequada e outras situações). -----

De seguida, o representante da Cáritas Diocesana deu a saber que, no atendimento semanal que realizam, surgem sempre, e cada vez mais, pessoas a solicitar apoio financeiro para fazer face às despesas com a renda, muitas vezes encaminhadas pela Segurança Social que não dá resposta a estas situações. Assim, questionou quais as soluções para minorar estes casos de indivíduos sem tecto e sem casa, assumindo julgar serem prioritários. Aproveitou, também, para sugerir a construção de um albergue para os acolher. A este propósito, Augusto Martins esclareceu que este grupo de trabalho apenas elaborou o diagnóstico, não tendo ainda soluções, e finalizou propondo, de

acordo com o estabelecido, que se designe um interlocutor. Por sua vez, Ana Margarida Ferreira da Silva, admitiu que são as instituições que estão no terreno e que lidam com esta problemática que deveriam propor soluções, tendo Manuel Carvalho, da Cáritas Diocesana, mostrado disponibilidade em colaborar. -----

Tomando a palavra, o Presidente da Junta de Freguesia de Vila Franca advertiu que os dados que forneceu, referentes à freguesia que preside, provavelmente não correspondem à realidade uma vez que não conhecia o conceito abrangente dos “sem-abrigo”, admitindo que haja situações que se enquadram nesta condição e que não foram consideradas. Esta intervenção levou a Presidente do CLAS, que a achou pertinente, a sugerir que se envie às 14 CSF/CSIF’s o documento que explica o conceito de “sem-abrigo” para que estas voltem a enviar os dados de acordo com esta interpretação, o que foi aprovado por unanimidade. -----

Por sua vez, Artur Coutinho, Presidente da Direcção do Centro Social e Paroquial de N.^a Sr.^a de Fátima, referiu já se ter interessado por esta problemática, objectivando a construção de um abrigo, no entanto as exigências legais e os elevados custos levaram-no a desistir da ideia. Neste seguimento, Ana Margarida Ferreira da Silva clarificou que ainda não se chegou a um consenso sobre quais as respostas adequadas, não sabendo se um “albergue” é solução prioritária. -----

Intervindo, Anabela Monsanto, da Associação de Paralisia Cerebral, exteriorizou achar necessária uma revisão urgente da lei relativamente à atribuição das habitações sociais por parte da Autarquia e do Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), revelando ter testemunhado situações injustas e de difícil resolução, no entanto a Presidente do CLAS explicou que foi recentemente aprovado um novo regulamento de gestão do parque habitacional, actualizado, com critérios definidos e com um acompanhamento regular por parte de seis técnicos. Reconheceu, também, que existem situações em que os agregados familiares já não necessitam deste apoio, frisando serem uma minoria, no entanto não há judicialmente forma de os despejar, sendo este, de facto, um problema. Clarificou, ainda, que a autarquia aplicou há uns anos atrás o regime da Renda Apoiada, que é determinada em função do rendimento do agregado familiar, e que fez com que alguns moradores sofressem um considerável aumento, levando mesmo a que famílias deixassem os fogos. -----

Ainda neste âmbito, o Presidente da Junta de Freguesia de Darque, tendo conhecimento de várias situações, entendeu que Anabela Monsanto estaria sobretudo a dirigir-se ao IHRU, aconselhando que se fizesse um levantamento dos problemas e se encaminhasse a este órgão. Retomando a palavra, Ana Margarida Ferreira da Silva informou que a autarquia está constantemente a enviar comunicações a este Instituto e que muitas vezes não obtém resposta. Mais comunicou que, particularmente nos casos de etnia cigana, a gestão destas situações tem limitações e que muitas vezes, mesmo com a colaboração das forças policiais, não se conseguem resolver por receio de retaliações. ----- Colocada à votação a sugestão de Joaquim Perre, esta foi aprovada por unanimidade. --- Para terminar este ponto, a Presidente do CLAS decidiu colocar também à votação a pertinência do grupo de trabalho voltar a reunir para, agora sim, tentar apresentar respostas, o que mereceu voto positivo de todos os presentes, ficando combinado voltar a falar-se nesta questão no próximo plenário. -----

Ponto quatro: -----

Passando ao ponto seguinte da ordem de trabalhos, respeitante aos Planos de Acção das CSF/CSIF para 2011, Ana Margarida Ferreira da Silva iniciou informando que estão em funcionamento catorze CSF/CSIF's e que no ano transacto foi a primeira vez que houve um trabalho estruturado, orientado pela Eng.^a M.^a João, que está a prestar assessoria ao funcionamento da Rede Social. Aproveitou, ainda, para comunicar que notificou todos os Presidentes das Juntas de Freguesia para fazerem chegar, até ao próximo dia 26 de Abril, impreterivelmente, os Planos de Acção para 2011, devidamente orçamentados, uma vez que na primeira reunião da Câmara Municipal de Maio será proposta a autorização de despesas relativas às actividades a desenvolver no âmbito destes programas, e para que não suceda não lhes ser atribuída uma verba para os implementarem, como infelizmente ocorreu com algumas CSF's/CSIF's no ano passado. -----

De seguida, Carina Parente, Técnica do Núcleo Executivo, apresentou, com recurso a suporte digital, uma síntese dos Planos de Acção para 2011 das várias CSF's/CSIF's, à excepção do da CSIF das Montanhas que não o fez chegar atempadamente, abordando os problemas identificados, bem como as acções a desenvolver. -----

Tomando a palavra, M.^a João Rauch felicitou todos os que estão envolvidos nesta tarefa,

referindo que fizeram um excelente trabalho e que foram capazes de dar continuidade ao já realizado no ano anterior, ultrapassando mesmo o pendor que estava ligado aos equipamentos sociais. Esta intervenção foi reforçada pela Presidente do CLAS que realçou o facto de estar muito trabalho, muitas instituições e muitos técnicos envolvidos. -----

Sobre este assunto, o representante da AEVC contestou não estar evidenciada, neste trabalho, a realidade socioeconómica do concelho, mas foi elucidado por M.^a João Rauch que essa caracterização é-nos enviada em paralelo e que irá estar patenteada na Carta Social, que se espera nos seja entregue brevemente. -----

Ponto cinco: -----

No que concerne o último ponto, os presentes foram informados por Ana Margarida Ferreira da Silva que a AMA - Associação de Amigos do Autismo solicitou ao CLAS um parecer referente à criação de um Centro de Actividades Ocupacionais, tendo o Núcleo Executivo elaborado uma proposta de parecer favorável que foi enviada via e-mail a todos os parceiros, meio permitido no Regulamento Interno deste Conselho, e que, por não ter havido contestações no prazo legal para o efeito, a mesma é considerada aprovada. -----

De seguida, leu uma comunicação que o Centro Social e Paroquial de Afife dirigiu a este órgão a solicitar novo parecer relativo à criação de uma nova infra-estrutura para um Lar de Idosos, um Centro de Dia e um Serviço de Apoio Domiciliário, no entanto, e uma vez que o CLAS já se tinha pronunciado desfavoravelmente sobre este assunto em Abril de 2009, não o remeteu ao Núcleo Executivo, deixando à consideração do plenário que o CLAS se volte a manifestar. Para isso, esclareceu que se tentou informar sobre o prazo de validade de um parecer que se dá, no entanto não foi possível chegar a uma conclusão por não haver qualquer indicação nesta matéria. Face ao exposto, o Presidente da Junta da Freguesia em causa afirmou não ter conhecimento desta comunicação, no entanto não poderia, de maneira alguma, deixar de reconhecer ser extremamente importante não desperdiçar a boa vontade do benemérito que se ofereceu para financiar a obra, em prol desta localidade. A este propósito, Patrícia Lima, técnica do Núcleo Executivo, advertiu que, para além do financiamento da construção, importa assegurar a sustentabilidade deste equipamento social, gestão essa sem qualquer

garantia de apoio por parte do CDSS. Intervindo, Arnaldo Ribeiro opinou que o CLAS não se deve negar a reanalisar estas situações uma vez que as circunstâncias se alteraram. Por sua vez, o autarca de Carreço propôs que o CLAS se pronuncie apenas quando houver o planeamento para o concelho através da Carta Social. Esta opinião foi corroborada pela Presidente do CLAS que acrescentou que a Carta Social vai ser essencial para avaliar a necessidade de equipamentos sociais no concelho, informação mais relevante, de entre muitas, que podemos retirar. Aproveitou, assim, para comunicar que a NML - Projectos e Desenvolvimento Turístico, Lda, empresa de consultoria responsável pela elaboração da Carta Municipal dos Equipamentos Sociais, terminará o documento, presumivelmente, até ao final do mês de Abril e que este não será, ainda, o trabalho final, uma vez que se irão realizar várias reuniões para se proporem alterações; o documento final, em princípio, só deverá estar terminado em finais de Junho de 2011, sugerindo que se aguarde então por este, que na próxima sessão plenária virá para aprovação, acreditando que, nessa altura, e após as reuniões de trabalho, este seja já consensual. Assim, colocada à votação foi decidido, por unanimidade, esperar pela Carta Social para depois o CLAS se voltar a pronunciar sobre a criação desta infra-estrutura. -----

Para finalizar, e no que à Carta Social diz respeito, Ana Margarida Ferreira da Silva informou ser necessária a constituição de três novos grupos de trabalho, nas áreas da infância e juventude, terceira idade e deficiência, para lerem e debaterem o documento. Explicou que a NML irá realizar três reuniões, com cada um dos grupos, com a duração de meio dia cada. Assim, colocada à consideração dos parceiros a sua formação, compostos não só por entidades que integram o CLAS, esta foi motivo de alguma controvérsia. Após algumas manifestações, os presentes foram esclarecidos que todas as entidades parceiras irão ter acesso ao documento e direito a votação. De seguida, procederam-se a algumas das alterações sugeridas, ficando aprovado que os grupos seriam constituídos da seguinte forma: Infância e Juventude – Lar Santa Teresa, CPCJ, Centro Social de Barroelas, Associação Juvenil de Deão e Casa dos Rapazes; Terceira Idade – Congregação Nossa Senhora da Caridade, Centro Social e Cultural de Cardielos, Centro Social e Paroquial de Alvarães ou Centro Social e Paroquial de Vila Franca (a CSIF decidirá), Centro Social e Cultural de Carreço ou Centro Social e Paroquial de Afife (a CSIF decidirá), Gabinete Cidade Saudável e Santa Casa da

Misericórdia; Deficiência – APPACDM, CRI (Centro de Recursos para a Inclusão), APCVC, Íris Inclusiva, ACAPO, AMA e Equipa de Apoio às Escolas. -----

De salientar que também foi sujeita a votação a proposta apresentada pela representante do GAF a solicitar a criação de um novo grupo para analisar as problemáticas não consideradas nos restantes. Tendo esta sido aprovada com um voto contra, ficou acordado que este grupo, designado por Respostas Atípicas, fosse constituído por: GAF, Cáritas, CSP N.ª Sr.ª de Fátima, Cruz Vermelha Portuguesa, ACEP e REAPN. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada por todos os presentes. -----

